

A caixa dos grilos e o olho do satélite (*)

**E
D
I
T
O
R
I
A
L**

MAL COMPARANDO (como se dizia antigamente), é como se a polícia recebesse a foto de uma cena de crime sem a identificação do criminoso e do local, registrando apenas a hora do flagrante e a área a ser investigada. No caso, um território de 5,1 milhões de quilômetros quadrados de florestas.

Esse é precisamente o caso: as fotos de satélites mostrando a cada dia os desmatamentos e as queimadas da Amazônia revelam o crime, mas não precisam do criminoso. Ou seja, desafiam quem as interpreta a localizá-los numa área de 5,1 milhões de km². Uma agulha no palheiro.

Para tornar automática essa localização, a vigilância dos satélites precisa dos dados do georreferenciamento, ou seja, a identificação precisa, no solo, das coordenadas geográficas das propriedades da área. Sem esse dado, as fotos de satélites escandalizam genericamente, mas não localizam precisamente onde ocorrem os crimes ambientais, bem como não identificam os responsáveis por tais crimes.

O georreferenciamento é um levantamento topográfico com a especificação da latitude e da longitude que os proprietários precisam obrigatoriamente apresentar para a obtenção do registro em cartório das suas terras na Amazônia. Uma das exigências da legislação aprovada pelo Congresso Nacional a partir da medida provisória 458. Para saber precisamente quem está desmatando ou incendiando, basta pegar a foto do satélite e ir ao cartório conferir o endereço, ou seja, o georreferenciamento.

“O georreferenciamento é um levantamento topográfico com a especificação da latitude e da longitude que os proprietários precisam obrigatoriamente apresentar para a obtenção do registro em cartório das suas terras na Amazônia. Uma das exigências da legislação aprovada pelo Congresso Nacional a partir da medida provisória 458”

Se não fosse por outras mil razões que apareceram nas discussões, só esse benefício à otimização da repressão ao desmatamento já justificaria a nova legislação.

No entanto, o interesse pessoal de notórias lideranças ambientalistas, que criam propositalmente tigres de papel para se apresentarem como gladiadores heroicos, ignorou propositalmente esse importante avanço da legislação. É sempre mais fácil, especialmente na questão ecológica, propor metas utópicas e soluções igualmente inatingíveis.

Ou criar propositalmente confusões, como a alegação de que a regularização de terras em discussão beneficiará grileiros. Ora, grileiros - que são criminosos comuns, falsários cínicos - estão fora desse jogo. Eles não têm posse de boa-fé, pelo contrário, apresentam títulos e registros falsificados em cartório, documentos fajutos, papéis envelhecidos artificialmente, como me revelaram outro dia, e tenho repetido, pelo preço da fatura, para delícia da imaginação de alguns interlocutores.

A etimologia da expressão derivaria de grilo, o inseto: o grileiro seria aquele que, para amarelecer e dar a aparência de envelhecimento ao papel, guardava certidões falsas em caixas cheias de grilos...

Grileiros fogem do georreferenciamento porque teriam que renunciar à sua documentação falsificada.

Nesse sentido, a regularização fundiária é o primeiro passo para a regularização ambiental.

E como uma coisa puxa outra, vejamos essa campanha açodada de criminalização indiscriminada da produção de carne, que, em vez de penalizar o desmatamento da Amazônia, ameaça,

EDITORIAL

↳ A caixa dos grilos e o olho do satélite

■ Página 01 e 02

EVENTOS

■ Página 02

PEQUENAS NOTAS

■ Página 05

FIQUE SABENDO

↳ Crise ameaça "Metas do Milênio"

↳ Novas medidas para a Safra 2009/2010

↳ Encontro internacional discute controle da febre aftosa

■ Páginas 03 e 04

NOTICIA DA CNA

↳ Kátia Abreu defende equilíbrio entre preservação ambiental e produção de alimentos

■ Páginas 04

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 07/07/09

■ Páginas 05 e 06

Informativo Semanal



Nº 556

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Frutucultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

continuação

para começo de conversa, inviabilizar exportações nacionais de 5,5 bilhões de dólares (sem falar dos 2,5 bilhões de couros).

A questão começa pela impossibilidade de determinar precisamente a origem da carne, pois boa parte do rebanho nasce numa região, engorda noutra e é abatida numa terceira.

Nunca esqueçamos que está se brincando com a reputação do produto brasileiro que representa 30% das exportações mundiais: de cada 3 kg de carne exportada no mundo, 1 kg é do Brasil. Só na Amazônia são 500 mil produtores e 38 milhões de cabeças, o que representa 20% do rebanho brasileiro.

Por esse motivo, estamos defendendo o desmatamento zero, a consolidação das áreas de produção de alimentos e a atualização da legislação ambiental, sob pena de gerar desemprego e o caos na economia.

Os ambientalistas sensatos, sensíveis à realidade e cada dia mais numerosos, engajam-se cada dez numa linha de combate sistemático ao desmatamento, mas operando uma estratégia de avanços pragmáticos que preservam a produção ecologicamente correta. Tanto atentos à impostura dos grileiros quanto à preocupação de otimizar a vigilância dos satélites.

No mais, é conformar-se, como o "professor de melancolia" do apólogo de Machado de Assis, concluindo ironicamente: "Também já servi de agulha para muita linha ordinária".

(*) **Kátia Regina de Abreu, Presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil)**

Eventos

Feira: A Bio Brazil Fair – 5ª Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia é uma feira de resultados comprovados. Consolidada no mercado de produtos orgânicos e agroecologia, o evento recebe mais de 21000 visitantes nos 4 dias de sua realização, que será de 23 a 26.7.09, no Pavilhão da Bienal – Parque Ibirapuera I, em São Paulo-SP. O evento tem como empresa promotora a Associação dos Produtores e Processadores de Orgânicos do Brasil e seus participantes são compradores, lojistas, empresários, varejistas, consumidores finais, profissionais do mercado que consideram a feira o grande momento do setor, onde são lançados novos conceitos, produtos e soluções, onde efetivamente são realizados grandes negócios e onde são discutidos e debatidos os assuntos mais atuais deste mercado. Informações: site www.biobrazilfair.com.br site feiras@francal.com.br e telefone (11) 2226-3100.

Congresso: A Universidade Federal do Ceará, através do Departamento de Ciências do Solo e do Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Solos e Nutrição de Plantas do CCA, realizará no período de 02 a 07 de agosto de 2009, no Centro de Convenções do Ceará, a 32ª edição do Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. O Congresso é uma promoção da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo e conta com o apoio do Governo do Estado e Prefeitura Municipal, Universidade Federal do Ceará e entidades públicas e privadas ligadas ao setor primário do País. Informações sobre o evento poderão ser obtidas através do telefone (85) 3161-1111 e site www.cbcs2009.com.br

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Crise ameaça "Metas do Milênio"

A crise econômica reverteu os avanços sociais no mundo e coloca em risco as metas de redução de pobreza e combate à fome. Dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) alertam que as Metas de Milênio, de redução da pobreza e da fome pela metade até 2015, correm o risco de não serem atingidas diante do impacto da crise.

As metas foram estabelecidas em 2000 como o mais ambicioso objetivo da humanidade. A ONU admite que, a seis anos do prazo final, alguns progressos conseguiram ser feitos e, em alguns países como o Brasil, algumas das metas estão em bom caminho. Mas a crise mundial reverteu essa tendência para os últimos anos.

"Não podemos permitir que um clima econômico desfavorável prejudique os compromissos assumidos em 2000", afirma o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. "A crise econômica retardou e, em algumas áreas, reverteu o progresso feito nos últimos anos", disse Francesca Perucci, principal autora do levantamento. "Apesar de a crise ser de inteira responsabilidade dos países ricos, são os pobres os mais afetados."

O Estado obteve informações do governo brasileiro de que a próxima cúpula do G-20, em setembro, incluirá a questão da pobreza em sua agenda, pela primeira vez.

Os dados da ONU mostram que entre 1990 e 2006, a proporção de famintos no mundo passou de 20% da população para 16%. Mas o fenômeno se inverteu a partir de 2008 com a alta nos preços de alimentos e, agora, se aprofunda diante da recessão e queda na renda. Há duas semanas, a FAO alertou que pela primeira vez mais de 1 bilhão de pessoas no mundo passariam fome até o fim deste ano.

Segundo o levantamento, mais de 25% das crianças nos países pobres estão abaixo do peso. Entre 1990 e 2007, os progressos nessa área já foram tímidos. Agora, qualquer esperança de se atingir a meta de diminuir esse número pela metade está comprometido.

No que se refere à pobreza, as conclusões são bem preocupantes. Entre 1990 e 2005, o mundo conseguiu reduzir o número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia. Esse salário indica a linha da pobreza extrema e 400 milhões saíram dessa condição. Em 2005, 1,4 bilhão de pessoas ainda viviam em extrema pobreza.

Mas os indicadores mostram que os avanços na luta contra a pobreza extrema deverão se estagnar. "Em 2009, calcula-se que haverá mais 55 a 90 milhões de pessoas vivendo na pobreza extrema", indica a entidade. Um dos motivos será a elevação na taxa de desemprego.

A América Latina também terá seus avanços sociais comprometidos por causa da crise, mesmo que a região tenha tido importantes avanços nos últimos anos.

Entre 1999 e 2005, a pobreza foi reduzida substancialmente na região, caindo de 11% da população para 8%. "Mas agora a projeção é de que, em 2009, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza aumente", apontou a ONU.

Uma das principais preocupações da organização é com a capacidade e vontade política dos governos para continuarem subsidiando programas sociais.

A estimativa é de que apenas a África precisará de US\$ 8,3 bilhões por ano para avançar nas metas relacionadas com educação e mais US\$ 10 bilhões por ano para a saúde.

Hoje, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, anunciará em Genebra os primeiros empréstimos para países que queiram investir em projetos para garantir maior competitividade a seus setores exportadores. No total, US\$ 50 bilhões serão disponibilizadas.

Mas, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), os US\$ 250 bilhões prometidos pelos países ricos na cúpula do G-20 em abril até hoje não se transformaram em realidade para os países mais pobres.

Autor: Jamil Chade. Matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo em 06/07

Novas medidas para a Safra 2009/2010

O Banco do Brasil vai destinar cerca de R\$ 39,5 bilhões para operações de crédito rural na safra 2009/2010, volume 30% superior comparado à safra anterior.

Dentre as principais medidas que influenciarão positivamente a próxima safra, a equipe do Banco do Brasil destaca:

- incremento significativo de recursos para o financiamento da safra na agricultura empresarial e familiar;
- aumento da renda bruta anual considerada para enquadramento no Pronaf, que passa de R\$ 5 mil para R\$ 6 mil, mantendo-se o limite de R\$ 110 mil;
- elevação da renda bruta anual, considerada para enquadramento no Proger Rural, de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil, eliminando o limite de módulos rurais;
- redução de taxa de juros do Funcafê (custeio, colheita, estocagem e FAC) de 7,50% para 6,75%;
- alteração nas linhas de BNDES, com inclusão de novas atividades e itens financiáveis;
- criação de linha de crédito de apoio às cooperativas de produção, para financiamento de integralização de cotas-partes e capital de giro (Procap – Agro);
- extensão do Pronaf Mais Alimentos para a safra 2009/2010.
- aumento do limite de crédito das operações de investimento com recursos obrigatórios de R\$ 130.000,00 para R\$ 200.000,00 por beneficiário/ano safra;
- elevação dos limites de financiamento do Proger Rural: - custeio: de R\$ 150.000,00 para R\$ 250.000,00; - investimento: de R\$ 150.000,00 para R\$ 200.000,00;
- elevação do limite de operações de custeio do Pronaf por safra de R\$ 30.000,00 para R\$ 40.000,00;
- alteração de tetos de recursos controlados de custeio, comercialização, investimento e EGF.

() Informações da Revista Cafeicultura em 05/07/2009.*

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Encontro internacional discute controle da febre aftosa

A Conferência Mundial Sobre Febre Aftosa, organizada pela OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) aconteceu em Assunção, no Paraguai, durante os dias 24 e 26 de junho. O objetivo da conferência foi discutir novas políticas e ações nacionais e regionais para o controle mundial da doença.

Atualmente existem 70 países livres da doença e mais de 100 que não estão livres. A doença tem importância em função da repercussão econômica e social para as cadeias produtivas da carne e do leite. Não afeta apenas grandes produtores e países exportadores, mas também pequenos produtores de países em desenvolvimento que ficam fora do mercado. Durante os debates ficou claro que os países livres da febre aftosa devem ajudar os em desenvolvimento que estão infectados. Principalmente para contribuir na redução da pobreza e proteção de seus territórios contra a reintrodução do vírus.

Para o controle global da doença é importante o desenvolvimento de vacinas de qualidade, compatíveis com as variedades de vírus presentes em cada região. Os participantes discutiram a importância da adoção de um programa de controle progressivo de longo prazo, baseado em planos regionais que priorizem a vigilância, vacinação e métodos precisos e rápidos de diagnóstico.

A Conferência identificou que apenas estratégias nacionais não são eficazes para o controle da doença. A reintrodução da doença, através das fronteiras em função do comércio de animais e seus produtos, e da movimentação de pessoas e veículos, pode facilmente acontecer.

Durante a Conferência especialistas debateram a utilização de métodos de epidemiologia participativa para vigilância da febre aftosa. Com esta ferramenta busca-se uma intensificação dos esforços em comunicação e campanhas de conscientização de todos os participantes da cadeia produtiva.

A conferência reconheceu também que em qualquer programa de erradicação da doença a colaboração público/privada deve ser priorizada para se obter bons resultados. Nesse contexto, os Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSA) assumem um papel fundamental na luta contra a doença. O conceito de combate "Global" foi mencionado para definir a estratégia onde o combate global a doença não pode ignorar as características locais.

Cada região possui um sistema de produção e estrutura de defesa próprios, e as campanhas de combate devem levar em consideração estas características. A harmonização das ações locais com os planos nacionais, regionais e continentais tem demonstrado eficiência na erradicação gradativa da doença.

A doença ainda preocupa na América do Sul em alguns países como Bolívia, Equador e Venezuela. Os focos continuam surgindo e representam um perigo para os países exportadores do Mercosul, apesar do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA). Na Ásia, África e Europa Oriental a doença avança exigindo apoio internacional e representa um grande desafio para os planos de erradicação.

A meta de erradicação global da Febre Aftosa até 2020 é um importante desafio. Este desafio só será vencido com a colaboração entre os países, o comprometimento dos governos e a participação da comunidade.

NOTÍCIA DA CNA

Kátia Abreu defende equilíbrio entre preservação ambiental e produção de alimentos

A Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu (DEM-TO), afirmou que os produtores rurais se recusam a discutir a questão ambiental desatrelada da questão relativa à produção de alimentos. Falando ao Plenário, ela explicou que esses dois setores têm que caminhar juntos. Segundo disse, a preservação ambiental é necessária, mas é preciso que o país possa garantir a produção de alimentos para a população.

Kátia Abreu classificou como desmatamento a ação daqueles que "arrancam a cobertura original e largam aquelas terras ao vento", observando que não foi isso que os agricultores brasileiros fizeram.

- Substituímos a cobertura original por empregos, por exportação, por PIB [Produto Interno Bruto] - disse a senadora.

A senadora afirmou que a agricultura é, hoje, o único setor da economia brasileira que mantém a balança comercial superavitária. Segundo disse, é graças ao agronegócio que o Brasil está exportando mais produtos agrícolas do que o que compra de outros países.

Kátia Abreu ressaltou que a questão ambiental é uma preocupação mundial, que envolve a todos. Ela destacou que sua importância não está apenas no que se relaciona à manutenção da vida hoje, mas, principalmente, na sua preservação para as gerações futuras.

- O que nós agricultores do Brasil queremos é que esse assunto não seja tratado como uma religião, como um dogma - explicou a senadora. - O meio ambiente é um tema da maior importância para o Brasil, não pode ser tratado como um monopólio de apenas meia dúzia de pessoas.

A senadora Kátia Abreu afirmou que essas pessoas não querem compreender que o Brasil hoje está, praticamente, dividido ao meio, com 53% de cobertura original e 47% destinados à produção de alimentos, dirigidos às cidades. Segundo disse, os produtores agrícolas estão empenhados em manter essa situação, defendendo o desmatamento zero.

- Não vamos mais desmatar, não precisamos mais desmatar - disse a senadora. - O que temos hoje, aplicando tecnologia, é suficiente para aumentar a produção de comida. Queremos, sim, metade do Brasil com a cobertura original, mas queremos manter a outra metade em produção de alimentos.

Kátia Abreu defendeu mudanças no Código Ambiental que facilitem a produção de alimentos. Ela afirmou que isso não significa incentivo ao desmatamento. A senadora disse que a proposta dos produtores agrícolas contempla o desmatamento zero, bem como, a recomposição e regularização das áreas de produção.

- Vamos recompor as matas ciliares e trazer os serviços ambientais para compensar aqueles produtores que querem preservar o meio ambiente - disse Kátia Abreu.

ABIEC: exportação de carne pode triplicar até 2020 sem desmatar: É possível praticamente triplicar a receita cambial com exportações de carne bovina brasileira até 2020 sem desmatar nenhuma área para pastagem. A projeção foi feita pelo presidente da Abiec (Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne), Roberto Giannetti da Fonseca, durante audiência pública extraordinária na Comissão de Agricultura do Senado para discutir a situação dos frigoríficos. De acordo com Giannetti da Fonseca, as vendas de carne brasileira somaram, no ano passado, US\$ 5,3 bilhões. Em 2020, segundo ele, pode-se chegar a US\$ 14,580 bilhões.

Carne na mesa do brasileiro: Uma pesquisa realizada pela consultoria Boston Consulting Group (BCG) mostra que apesar do consumidor brasileiro afirmar que 55% deve reduzir despesas nos próximos 12 meses, a carne fresca está entre os últimos itens a serem cortados de sua dieta. Esta foi a resposta de 41% dos entrevistados das classes A,B e C1 e de 51% dos pesquisados das classes C2, D e E. Outro produto que também promete resistir à crise e garantir lugar na mesa do brasileiro é o iogurte. No geral, a categoria alimentos é a menos influenciada pela crise, embora haja uma migração para marcas mais baratas. A pesquisa foi feita com 21.800 consumidores de 13 países. No Brasil, 825 pessoas foram entrevistadas.

Sem informalidade: Entrou em vigor a Lei Complementar 129, que promete tirar da informalidade milhões de trabalhadores autônomos ou donos de pequenos negócios com até um empregado. Por meio de um taxa mensal de R\$ 50,00, o empreendedor com faturamento de até R\$ 36 mil por ano ganha benefícios como aposentadoria, auxílio-maternidade e contabilidade facilitada.

Impostos, impostos... O sistema de impostos do Brasil tributa mais os contribuintes que têm níveis mais baixos de renda, afirma relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A análise, que tem como base o Sistema de Contas Nacionais do IBGE, estima que famílias com renda de até dois salários mínimos tenham destinado em 2008 até 54% da renda ao pagamento de impostos; famílias com renda acima de 30 salários mínimos, cerca de 29%. Isso significa que os pobres trabalham 190 dias por ano para pagar impostos aos governos e os remediados e ricos 106 dias.

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 7 de julho de 2009

Tema: Perspectivas para a Exportação de Pescado (Missão Cearense à Feira Seafood Exposition 2009, em Bruxelas/Bélgica)

**Palestrante: Cristiano Peixoto Maia, Presidente da Câmara Setorial do Camarão
Empresário Antonio Diogo Lustosa**

O Sr. Coordenador Torres de Melo abriu a reunião fazendo um relato sobre a viagem ao Rio Grande do Sul, com a Presidente Senadora Kátia Abreu, lançando o Programa CNA em Campo, o que o fez concluir que ainda existe esperança no meio rural para que possam trabalhar com tranquilidade, tendo as leis respeitadas. Com a palavra o Sr. Francisco Zuza, falando que a missão estava sendo organizada pela ADECE, junto à câmara setorial do camarão, pois a feira era a maior do mundo, no intuito de atrair mercados. O Sr. Coordenador pediu desculpas por ter que se retirar para ir ao médico e passou a palavra ao palestrante, que iniciou agradecendo ao Dr. Torres de Melo a oportunidade e dando seu testemunho da presença da Senadora Kátia Abreu no PECNORDESTE, destacando-lhe uma fala: que não discutia meio ambiente sem se falar em produção de alimentos e emprego. Disse que na carcinicultura, ultimamente tiveram viveiros inundados em 15% a 20% e que levaram essa preocupação para o Governo, principalmente no Jaguaribe. Agradeceu à ADECE pelo apoio dado à cadeia, na feira de Bruxelas e disse que vinham fazendo um trabalho para aumento de produção nacional e consumo internacional do camarão. Falou da situação geral da carcinicultura no Estado do Ceará, em relação às licenças ambientais, crédito (que estavam trabalhando com recursos próprios). O Sr. Antonio Diogo Lustosa disse que a idéia de ir à feira havia sido prospectar o mercado

(mais do que comercializar) e que a ADECE se prontificou a ajudar o grupo. Apresentou algumas lâminas com fotos do evento, dizendo que era composto por onze pavilhões, apresentou o grupo que se prontificou a participar, que no momento estava pronto para exportação (com licença inclusive). Mostrou foto do stand brasileiro na feira (patrocinado pela embaixada brasileira), onde distribuíram folders explicando tudo sobre o produto com a marca Pescado Ceará. Apresentou um pouco do perfil da feira: 79% dos visitantes têm autoridade para comprar, 84% procuram novos produtos e oportunidades, 76% irão retornar, 75% planejam comprar produtos e serviços da feira, 50% são importadores, 8% supermercado e varejo, 280 expositores, 150 países. E falou sobre dos contatos futuros, (15 empresas já querem comercializar) em que os empresários reclamavam que o Brasil os tinha abandonado e que precisavam retomar aquele mercado, que estava a exigir: mandar folder com especificação por produto e por processo, credenciais das empresas, documentos de certificação, programa de sustentabilidade do Estado, responsabilidade social e o envio de uma primeira oferta de peixe e camarão, mas que só poderiam atender a partir de 2010. Mostrou diversos modelos de folders de apresentação de produto, com informações científicas e nutricionais e diversas fotos da feira. Disse que o consultor colocou recomendações tais como: levar em consideração a classificação, embalagem do produto em sintonia com o mercado europeu, atender às especificações



exigidas, obrigatoriedade da licença ambiental, trabalhar o preço (ainda alto no mercado brasileiro). Finalizou dizendo que era uma oportunidade ímpar de retomada do mercado europeu, mas que para exportar, tinham que produzir mais (inclusive incentivar o consumo internamente) e para isso tinham que romper as barreiras, no sentido de obtenção de outorgas e licenças. O Sr. Alexandre Reis disse ser da Empresa Pesqueira, que produzem 10% para a exportação (camarão, lagosta e pescado), 3 containeres de camarão por mês com resultados nulos ou negativos, mas que no segundo semestre acreditavam numa reação tímida no preço.

Debates

O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu os debates e o Sr. Roberto Poty falou sobre os entraves de não terem uma visão do negócio em toda a sua magnitude, porque o mercado interno ainda oferecia preço bom e as exigências sanitárias davam um certo conforto, perguntou sobre uma ideia de preço para exportação e sobre a perspectiva da utilização da GTA. O Sr. Edmar Vieira sugerindo o nome Pescado do Ceará e dizendo da necessidade de ter os pés no chão para concorrer no mercado externo e de não esquecer da utilização da pele da tilápia. O Sr. José Quintão falou que no papel tudo acontecia, mas que a realidade era outra e que os custos de produção e os impostos eram altos. O Sr. Cristiano Maia respondeu sobre a GTA, que terão reunião da Adagri quinta-feira, às 14h, para tratar dos valores cobrados, pois descobriram que na carcinicultura o que iriam cobrar representava 50% do custo. O Sr. Coordenador questionou GTA para animais desse tipo e o Sr. Chicão (SFA) respondeu que se certificava sobre sanidade e sobre ambiente e que o Brasil ainda não tinha muitas informações, pois o programa de sanidade aquícola era muito novo, mas que era um desafio que de uma hora para outra poderia ser uma barreira para exportação. O Sr. João Ricardo falou que a missão havia sido o primeiro passo, mas que viram que não estavam mesmo competitivos, mas que se ano a ano fossem aumentado a representação, iam conseguir sucesso, buscando soluções e apoio do Governo. O Sr. Antonio Diogo Lustosa disse que por várias questões o Brasil abandonou o mercado e que era o momento da câmara setorial se juntar e discutirem questões de profissionalização do setor, tais como: preço alto, impostos, certificação, treinar novas equipes, etc. e estreitar as relações com o Governo. Disse que o maior problema era que não tinham escala e que não esqueceram o valor agregado do couro da tilápia, que estava nas suas preocupações. O Sr. Antonio Bezerra Peixoto falou da importância da criação e consolidação da Adagri e da Adece e que são muitas as preocupações com sanidade para exportar, e questionou: e no mercado interno, o que estamos consumindo? O Sr. Aníbal Arruda disse que o Paraná era o maior produtor de filé de tilápia e utiliza esterco de suínos e perguntou se tinha algum produtor

de tilápia no Estado do Ceará que estaria usando o mesmo sistema. O Sr. Enox Maia chamou atenção que pela primeira vez haviam colocado frutos do mar do Brasil, o stand do Brasil, porque nas anteriores tinham vários stands brasileiros, mas de empresas específicas, sem o sentimento de aglutinação. Disse que uma das dificuldades no Brasil era que não existiam regras, apenas na teoria, e que estavam atropelando as iniciativas governamentais de vinte anos atrás, que relatavam o passado e que teriam que ter habilidade de relatar essas dificuldades ao Governo. O Sr. Antonio Diogo Lustosa deu mais algumas respostas, entre elas: que vinham batendo insistentemente na tecla da necessidade de inovações tecnológicas; que a câmara setorial tem que procurar o seu espaço; que realmente para o consumo interno no Brasil, o controle de qualidade era o pior possível, com produtos até contaminados; que sobre o esterco de suínos, teria que ser estudado ponto de vista tecnológico e sanitário a utilização, mas que desconhecia a estatística de que o Paraná fosse o maior produtor de filé de tilápia. O Sr. Alexandre Reis falou do problema que tem a cadeia de frios, em relação à armazenagem e exposição em supermercados, e também do cheiro característico dos peixes e camarões não era forte e era prejudicado por uma questão de logística. O Sr. Antonio Diogo Lustosa complementou falando sobre os produtos que vêm com a sigla SIF, que era tido como inspecionado e confiável, mas que as pessoas querem ver preço bom. O Sr. Chicão ainda prestou esclarecimentos sobre órgãos que fiscalizam internacional e nacionalmente e para o mercado interno (SIF) e sobre as feiras que vendem os peixes sem o controle da vigilância sanitária. O Sr. Francisco Zuza fez diversas observações, entre elas: que a cada dia o Agropacto se tornava ambiente de discussão de negócios; que o exemplo da qualidade das frutas, obtida por pressão do consumidor, era que devia ser seguida pela cadeia do camarão. O Sr. Torres de Melo retornou à reunião e disse lamentar não haver mudanças em relação ao que foi dito em reuniões anteriores em relação ao setor da carcinicultura, que admitia o problema num nível intelectual mais baixo, que seria cultural, mas atualmente o problema não seria esse, mas a falta de vontade ou falta de inteligência, porque se unindo teriam melhores resultados, teriam escala de produção, não entendia por que isso não ocorria. Disse que a câmara setorial era uma vitória, assim como o fato de ter à frente dela o Sr. Zuza, e que os setores teriam que trabalhar naquele local para resolver os seus problemas. Colocou a FAEC e a estrutura da CNA à disposição de todos para ajudar em todas as solicitações e finalizou dizendo da importância de se unirem em sindicatos, de forma a obterem sucesso. Em seguida, o Sr. Coordenador Flávio Saboya finalizou com uma reflexão: será que vamos nos destruir porque não queremos nos unir? Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.